

## UM CAMPO DE LETRAS E HISTÓRIAS: SEMENTES DO PASSADO

Lucielton Tavares de Almeida

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-mail: eltonluci@hotmail.com*

**Resumo:** A configuração do artigo em tela vem realçar o espaço camponês como âmbito histórico das letras, da educação e da pesquisa. O texto em questão tem sua origem baseada no seguinte questionamento: “como as primeiras letras foram instauradas no território camponês brasileiro?” Consideramos, assim, o contexto do Brasil colonial, época marcada pela chegada dos portugueses nas terras dominadas, até então, pelos indígenas, os legítimos donos das nossas terras. Nesse sentido, o presente estudo está objetivado a debater sobre os momentos precípuos em que as habilidades de leitura e escrita (habilidades vinculadas ao processo de alfabetização) foram trabalhadas no âmbito rural em que nosso país se encontrava. A partir dessa perspectiva central, foi possível desencadear outros objetivos menores, a saber: a) conhecer de que maneira as primeiras letras foram instauradas no solo brasileiro; b) conhecer o período histórico em que foram sucedidas as atividades pioneiras de ler e escrever; c) identificar os sujeitos sociais que atuavam como estudantes desse aprendizado, considerando a sólida divisão de classes que assola a época histórica do nosso país. Para tanto, a pesquisa – caracterizada como qualitativa – foi construída mediante alicerce bibliográfico. Viajamos para o contexto em foco, enveredando pelo viés alfabetizador, através dos ditos de autores que estudaram esse fragmento da nossa história. Ao final, mediante o que construímos, compreendemos que o aprendizado da leitura e da escrita não era ofertado a todos os indivíduos que residiam no espaço camponês da época. Os privilégios de alguns sujeitos sobrepujavam o desejo de todos em aprender tais habilidades.

**Palavras-chave:** História da Educação; Educação do Campo; Leitura; Escrita.

## **1. INTRODUÇÃO**

O artigo em tela foi originado a partir de uma pesquisa construída em um panorama rural, a qual discute a aprendizagem da escrita alfabética por crianças campesinas. Desse estudo, fizemos um recorte destacando os dados que descortinam as práticas pioneiras correlacionadas aos ensinamentos da leitura e da escrita no âmbito rural. Nesse sentido, embarcamos em uma viagem aos tempos em que o Brasil foi colonizado pelos portugueses, por meio dos quais, a educação europeia foi introduzida no seio da nossa nação.

Em face dessa conjuntura, algumas questões atinentes à realidade em questão impulsionaram a fomentação desse estudo: como as primeiras letras foram instauradas no território camponês brasileiro? Em que época da história isso aconteceu? Quais foram os sujeitos contemplados com tais práticas? Partindo dessas indagações, nossa pesquisa visa debater sobre os momentos precípuos em que as habilidades de leitura e escrita foram trabalhadas no âmbito rural. Sendo esse o objetivo geral, os objetivos específicos foram assim enumerados: conhecer de que maneira as primeiras letras foram instauradas no solo brasileiro; conhecer o período histórico em que sucederam-se as atividades pioneiras de ler e escrever; identificar os sujeitos sociais que atuavam como estudantes desse aprendizado, considerando a sólida divisão de classes que assola a época histórica do nosso país.

Para tanto, dedicamo-nos a engendrar uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, “navegando” sobre as águas banhadas pelas ideias de autores que, através de seus estudos, contribuíram para que então pudéssemos ancorar nas informações ensejadas. Citamos Arilda Ribeiro (2000), Cagliari (2002), Maria Luísa Ribeiro (1987), Paiva (2000), Vera Ribeiro (1997) e Xavier, Ribeiro e Noronha (1994) como fontes de colaboração relevante para a nossa pesquisa.

Mediante o que foi obtido, notamos que a marginalização para com os camponeses se dá desde a formação social do Brasil. Esse aspecto presente até os dias atuais é marca vinculada também à história da nossa educação uma vez que nem todos os camponeses que, por sua vez, já habitavam e dominavam nossas terras antes da chegada dos portugueses, foram instruídos para a alfabetização. Ler e escrever eram atividades privilegiadas, em conformidade com as intenções de uma educação que não era para todos.

## **2. UM CAMPO DE LETRAS E HISTÓRIAS: SEMENTES DO PASSADO**

Nesse tópico, viajaremos para as terras camponesas do Brasil colonial<sup>1</sup> povoado por indígenas, colonos, escravos e senhores a fim de revisitar a memória das primeiras letras<sup>2</sup> instituídas por lá. Em uma sociedade onde os moradores do campo possuíam pele morena, cabelos negros, uns andavam sem roupa, pintavam a pele e dançavam para a natureza. Outros que compunham o grupo desses moradores tinham a cor da noite tingida no corpo, dançavam sob as chamas bruxuleantes das fogueiras noturnas, mas diferente do outro grupo, esse foi trazido de terras longínquas pela força bruta e cruel do homem branco. Além desses dois grupos, também havia a parcela de sujeitos que unia os traços do primeiro e do segundo grupo<sup>3</sup>. Eram os homens e mulheres das terras, os povos dos campos que integravam a proeminência territorial encontrada pelos portugueses. E por isso se tornaram alvo da reconstituição de uma fé abalada e de uma coroa recompondo sua vaidade<sup>4</sup>. Nesse contexto, nasceram as primeiras escolas de ler e escrever no campo brasileiro e foi lá que as primeiras letras ancoraram suas caravelas.

As narrativas que cerceiam essa fase preliminar da nossa educação apontam que os primeiros ensinamentos de leitura e escrita<sup>5</sup> foram introduzidos no território brasileiro com a chegada dos missionários da Companhia de Jesus<sup>6</sup> em 1549. A respeito disso, Paiva (2000) relata: “Desde que chegaram ao Brasil, os jesuítas estabeleceram escolas e começaram a ensinar a ler, a escrever e a contar e cantar” (p.43). A figura 1 traz a representação da chegada das primeiras letras, através das embarcações portuguesas que, por ordens políticas de Dom João III<sup>7</sup>, transportaram os primeiros jesuítas – pioneiros, não apenas no ensino de ler e escrever, mas na educação brasileira de modo geral, cuja história, aos quais está fortemente ligada – na companhia de Tomé de Souza<sup>8</sup> e o Pe. Manuel da Nóbrega<sup>9</sup>.

---

<sup>1</sup> Como se sabe, o período colonial compreende a época entre a chegada dos portugueses em 1500 e a independência do país, em 1822.

<sup>2</sup> Tratamos como “primeiras letras” as atividades pioneiras relacionadas às aprendizagens da escrita e, vinculadas a essas, da leitura, desenvolvidas nesse contexto.

<sup>3</sup> Caracterizações atribuídas aos povos indígenas, negros e mestiços, sequencialmente nessa ordem.

<sup>4</sup> A “Fé abalada” remete a queda da Igreja Católica frente ao avanço da Reforma Protestante que buscava seguidores para recuperar os prestígios e a “Coroa” representa o governo português visando lucros através das colonizações.

<sup>5</sup> A aprendizagem da escrita está vinculada aos estudos da leitura no que, para os jesuítas, representava os princípios da alfabetização (Ribeiro, 1997).

<sup>6</sup> Ordem religiosa de origem francesa, fundada em 1534 por Inácio de Loyola, composta por missionários, chamados jesuítas, aptos a converter indivíduos à sua fé cristã (Xavier, Ribeiro e Noronha, 1994).

<sup>7</sup> Na época, rei de Portugal, assumiu o trono em 1521 até 1557, ano da sua morte.

<sup>8</sup> Primeiro governador-geral do Brasil, responsável por fundar a cidade de Salvador.

<sup>9</sup> Sacerdote jesuíta português chefiou a primeira missão jesuítica no Brasil, a convite de Dom João III. Participou da fundação do colégio na aldeia de Piratininga que, futuramente, se tornaria a cidade de São Paulo.

**Figura 1** – A chegada das primeiras letras ao campo brasileiro



Fonte: Elaborada pelo autor.

Na cidade de Salvador, a qual se tornou a primeira capital brasileira, foi construída a primeira escola de ler e escrever, no ano de 1549. É interessante apontar que as razões, pelas quais esses missionários cruzaram o Oceano Atlântico e chegaram ao Brasil não surgiram da vontade benevolente de ensinar aos indígenas as habilidades de ler e escrever. As letras advindas da cultura portuguesa adentraram ao campo brasileiro movidas por uma corrente de interesses de caracteres político e religioso. Uma união crítica, por sinal. De um lado, surge a colonização como mecanismo de lucro em favor das camadas dominantes metropolitanas portuguesas, do outro lado, a igreja católica, através das missões jesuíticas impondo a evangelização e catequização dos indígenas conforme sua fé cristã. A respeito dessas relações entre classes privilegiadas e classe dominante que, desde tempos remotos mantém um padrão segregador, Cagliari (2002) expressa:

Antigamente, as classes privilegiadas tinham o poder do dinheiro e do saber; hoje, ainda possuem o poder do dinheiro, mas lutam terrivelmente para não perder mais do que já perderam do poder do saber, que lhes era exclusivo, procurando controlar o saber que tiveram que revelar ao povo (CAGLIARI, L. C; 2002, p.11).

É alcançável a percepção de que o plano educacional, por meio do qual o ensino da leitura e o da escrita foi trazido aos moradores do campo, rico em Pau-brasil, aprisionava em si um caráter ambíguo: catequizar para formar novos fiéis à igreja ao passo em que esses eram colonizados pelo governo português. Todavia, embora tais aprendizagens compusessem o projeto educacional dos jesuítas, logo a hegemonia portuguesa seria refletida também na colônia brasileira uma vez que em Portugal o povo não era alfabetizado (Paiva, 2000).

Esse autor relata que:

As letras deviam significar adesão plena à cultura portuguesa [...] pertencem à corte, como eixo social [...] trata-se de uma atitude cultural de profundas raízes: pelas letras se confirma a organização da sociedade. Essa mesma organização vai determinar os graus de acesso às letras, a uns mais, a outros menos (PAIVA, 2000, p.44).

Na cultura portuguesa, o acesso à alfabetização era privilégio social, do qual o povo não fazia parte. Ora, o que levaria os jesuítas a alfabetizar indígenas, cuja função para a coroa era apenas mão-de-obra barata? A resposta para esse questionamento surge com outra afirmação do autor citado anteriormente que diz: “A certa altura da catequese dos índios, os próprios jesuítas vão julgá-las desnecessárias. E os colégios, estes, sobretudo, se voltam para os filhos dos principais” (PAIVA, 2000, p.44). As aprendizagens da leitura e da escrita eram ofertadas apenas à camada bem quista pela hierarquia social portuguesa. Com isso, observamos que embora as letras houvesse chegado ao espaço camponês, os legítimos donos da terra não tiveram acesso real a elas.

A priori, o plano de estudos elaborado por Nóbrega incluía, não apenas o aprendizado do português, como também a escola de ler e escrever, bem como as aulas de gramática como parte de seu programa de estudos. Entretanto, após sua morte, em 1570, o plano que passou a entrar em vigor até 1759 excluiu as etapas iniciais do estudo (as escolas de ler e escrever, dentre outros). Logo os indígenas, negros e mestiços tiveram um preparo intelectual específico. Enquanto os índios eram catequisados, os filhos dos colonos eram instruídos, conforme aponta Ribeiro: “Os instruídos serão descendentes dos colonizadores. Os indígenas serão apenas catequisados” (RIBEIRO, M. L. S. 1987, p.25).

A figura 2 representa o modelo do plano de estudos dos jesuítas, à luz do autor referenciado anteriormente. Através do qual, notamos uma divisão entre o período em que Nóbrega atua à frente dos jesuítas e o plano constituído pelo Rátio Studiorium<sup>10</sup>.

**Figura 2** – Plano de estudo jesuítico.



Fonte: RIBEIRO, M. L. S. 1987, p.25.

Seguindo a premissa da autora mencionada, constatamos que a orientação contida no *Ratio* evidencia o desinteresse em aplicar a escola de escrever aos indígenas, conforme destacamos na figura. Esse reflexo imposto pela cultura portuguesa nos remete a fala de Paiva que, por sua vez, discorre:

Os portugueses colonizadores só tinham uma visão de sociedade, visão esta que se realizava na sua sociedade e, portanto, tendo-a como modelo, agiam segundo ela em seu relacionamento com as demais culturas (PAIVA, 2000, p.44).

A manutenção do sistema cultural exige que as letras, conforme o modelo social português, não deveriam se estender a formação dos nativos. Os filhos dos colonos assegurariam os futuros postos de sacerdotes ou advogados, possibilitando assim a reprodução do cenário social constituído na metrópole em que os privilégios educacionais voltam-se apenas para a classe minoritária dominante.

<sup>10</sup> Organização e plano de estudos da Companhia de Jesus publicado em 1599 (RIBEIRO, 1987, p.25).



Movidos pelo ensejo de ver suas mulheres lendo e escrevendo, os indígenas dirigiram-se ao Pe. Manuel de Nóbrega e apresentaram seu desejo que, por ordem da Rainha, Catarina de Áustria, esposa de Dom João III, não teve sucesso, conforme afirma Ribeiro (2000). Ainda que a presença feminina fosse maioria na catequese, a Rainha considerou como ousada a iniciativa de alfabetizar as indígenas, uma vez que nem na metrópole havia escolarização para as mulheres, afirma a autora mencionada.

Entendemos que o acesso às letras abrem portas para amplos horizontes. Contudo, a história apresenta não uma, mas várias realidades de grupos que não tiveram acesso à porta de entrada do universo letrado:

A escola de ler e escrever existia excepcionalmente nos colégios como ocasião de que alguns alunos fossem introduzidos nessas técnicas indispensáveis aos cursos de humanidades. O característico da época era que elas fossem adquiridas dentro das próprias famílias dos senhores de engenho, geralmente com os tios letrados (RIBEIRO, 1987, p. 28).

Não havia possibilidades de que os filhos dos indígenas, negros e mestiços fossem educados para a instrução. A aprendizagem da escrita se tornou, então, uma quimera aos homens da terra batida, de solo fértil, tão cobiçado pelos homens brancos que vieram para as bandas de cá. Possibilitar aprendizagens alfabetizadoras seria correr o risco de tornar a classe subordinada conhecedora demais para uma condição tão inferior. A respeito disso, Cagliari expressa:

O domínio da escrita e o acesso ao saber acumulado tem sido uma das maiores fontes de poder nas sociedades e, por isso mesmo, privilégio das classes dominantes. Por que os indivíduos não passaram a ser alfabetizados desde o momento em que se inventou a escrita? Porque isso representaria o compartilhamento do saber e do poder do saber. A igualdade de chances se tornaria perigosa demais para os que quisessem mandar e ter quem lhes obedecesse. Nada melhor do que a ignorância para gerar obediência cega, a subserviência e o conformismo, como destino irrevogável da condição humana (CAGLIARI, L. C. 2002, p.10).

Talvez, um dia tenham esses meninos – que correm de pé no chão, cantam a céu aberto e aprendem os sons dos animais – a chance de entrar pela porta das letras e viajar pelos muitos universos traçados pelas palavras. Um dia, talvez, os homens brancos reconheçam que esses moradores da floresta, do quilombo, da aldeia, do campo também são dignos de uma educação que não perpetue aquela cultura perversa da colonização. Uma educação que trate seus filhos como iguais, como gente de valor, e gente que sabe aprender. Uma educação que lhe seja concedida como um direito que, no início da história foi

negado, mas que no presente representa uma evolução para a escolarização desses herdeiros.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o que foi suscitado pelo debate no presente texto, levantamos, nessa etapa final, algumas ponderações consideradas como relevantes sobre o estudo que, por sua vez, ampliou as compreensões acerca da chegada das primeiras letras em nosso território impulsionadas por perspectivas políticas e religiosas. Durante o tempo conhecido pela história como “Período colonial”, os missionários da Cia de Jesus instruíram alguns nativos e filhos de colonos para fortalecer o corpo de fiéis da igreja. Contudo, a educação para esses sujeitos era diferenciada, segundo suas pretensões.

Nesse sentido, o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita era restrito apenas a camada responsável por manter o sistema cultural português: os filhos dos colonos. Aos nativos, donos do campo colonizado pelo homem branco, cabiam receber a educação adequada apenas para catequização. Uma vez que na sociedade portuguesa o acesso à alfabetização era privilégio da nobreza, não havia motivos para instruir indígenas, negros e mestiços, a mão de obra barata da colônia brasileira. Assim, os camponeses da época em que a nossa sociedade estava em formação, não tiveram um preparo intelectual equiparado aos demais membros sociais. Tal medida nos leva a pensar e refletir que há segregação para com os indivíduos do campo desde os tempos embrionários da nossa história.

Aqui, a educação foi instaurada sobre um cenário excludente, cujo teor se estende até os dias atuais em que moradores rurais ainda travam lutas árduas para obter uma educação que, no mínimo, alcance suas terras. Em decorrência das inúmeras lutas promovidas pelos movimentos sociais do campo, podemos dizer que, atualmente, as letras chegaram ao campo como direito de todo morador rural. No entanto, a alfabetização é apenas uma das mais diversas aprendizagens a ser oferecida aos aprendizes que vivem nesse espaço, quer seja ele branco, índio, negro ou mestiço. O que foi negado em um Brasil colônia, não pode ser copiado em nossos tempos da atualidade. Reparemos com respeito a educação que deve ser priorizada e ofertada como direito de cada morador camponês.

### 4. REFERÊNCIAS

CAGLIARI, Luíz Carlos; **Alfabetização & Linguística**. 10. ed. São Paulo: Editora Scipione. 2002



PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 Anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000, p. 43-59.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. São Paulo: Cortez, 1987.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000, p. 79-94

RIBEIRO, Vera Magasão. **Alfabetismo funcional**: Referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. Revista Educação & Sociedade. n. 60, ano XVIII, dez. 1997

XAVIER, M. E. S. P.; RIBEIRO, M. L S, NORONHA, O. M. **História da educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.